

Associação Pinacoteca Arte e Cultura-APAC

CNPJ nº 96.290.846/0001-82



Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais		Passivo e patrimônio líquido/Circulante	
Ativo/Circulante	2012	2011	2012
		(Reapres.)	(Reapres.)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3.728	2.277	588
Recursos financeiros de projetos (Nota 6)	6.604	7.165	385
Contas a receber (Nota 8)	296	321	1.255
Estoques (Nota 9)	201	303	6.702
Outros créditos (Nota 11)	370	96	1.008
Despesas antecipadas	44	43	492
	11.243	10.205	10.430
			10.914
Não circulante: Realizável a longo prazo			123
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 10)	3.257	3.026	1.231
Outros créditos (Nota 11)	4	8	1.354
	3.261	3.034	11.784
Imobilizado (Nota 12)	471	845	386
Intangível (Nota 2.10)	21	39	871
	3.753	3.918	1.955
Total do ativo	14.996	14.123	3.212
			14.123

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em MR\$

	Patrimônio social	Reserva		Superávit acumulado		Total	Total
		Fundo de reserva	Fundo especial	p/eventos futuros	Doações recebidas		
Em 31/12/2010 c/originalmente apresentado		750	596	1.000	285	1.169	3.800
Ajustes do ano anterior (Nota 4)		(750)			(285)	(816)	(1.851)
Em 31/12/2010 reapresentado (Nota 4)			596	1.000		353	1.949
Superávit do exercício						16	16
Em 31/12/2011 reapresentado (Nota 4)			596	1.000		369	1.965
Superávit do exercício						1.247	1.247
Apropriação do superávit		386	275	955		(1.616)	(1.616)
Em 31/12/2012		386	871	1.955			3.212

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 - Em MR\$, exceto quando indicado

1 Informações gerais-A Associação Pinacoteca Arte e Cultura-APAC, também denominada Associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1992, regida por seu estatuto social de 29 de novembro de 2012 e pelas leis que lhe são aplicáveis, em especial a Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e o Decreto Estadual nº 43.493, de 29 de setembro de 1998. A Associação tem objetivos de natureza cultural consubstanciados na colaboração técnica, material e financeira que garanta a preservação e a conservação do acervo artístico e a divulgação da Pinacoteca do Estado, como centro de referência de atividades e pesquisas de caráter cívico, educacional, artístico e cultural. Para cumprimento de seus objetivos, a Associação poderá, conforme definido pelo Conselho de Administração, realizar as seguintes atividades: (a) Promover campanhas de esclarecimento da comunidade sobre a importância artístico-cultural do acervo da Pinacoteca do Estado, mobilizando a opinião pública para garantir sua conservação e proteção, bem como para participar de suas atividades. (b) Realizar, patrocinar e promover em conjunto com a Pinacoteca do Estado, exposições, cursos, conferências, seminários, debates, congressos e encontros de diversas naturezas que garantam o acesso da população à cultura, educação e cidadania ou que propiciem o intercâmbio entre profissionais da arte, estudantes, entidades e Poder Público. (c) Promover o treinamento, capacitação profissional, formação continuada e especialização técnica de recursos humanos na área museológica e educativa, incentivando a formação artística e cultural. (d) Prestar serviços de apoio técnico através de acordos operacionais ou outra forma de ajuste, com instituições públicas e privadas, tanto nacionais quanto internacionais, no campo da pesquisa e implantação de projetos culturais voltados para os objetivos da Associação. (e) Atuar junto aos poderes constituídos em âmbito federal, estadual e municipal, visando aperfeiçoar ou propor normas legais pertinentes à área artística-cultural. (f) Estabelecer ajustes com o Poder Público e iniciativa privada para aquisição de obras de arte e divulgação do patrimônio artístico cultural da Pinacoteca do Estado e da Associação. (g) Manter ou auxiliar na manutenção do acervo cultural decorrente de seus objetivos. (h) Firmar contratos, convênios, termos ou acordos com o Poder Público, em todos os níveis, ou com a iniciativa privada, para gestão e gerenciamento de equipamentos culturais e implantação e desenvolvimento de programas de governo na área da Educação e Cultura. (i) Gerir espaços para venda de produtos relacionados aos objetivos da Pinacoteca do Estado, bem como explorar café, bar ou restaurante e estacionamento, em área dentro ou fora de suas dependências, para atendimento dos frequentadores do museu e desde que os recursos gerados sejam utilizados nas atividades de suporte da Pinacoteca do Estado. A Associação possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão junto à Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo e os recursos provenientes dos projetos patrocinados pelas Leis de incentivo à cultura. **Contrato de gestão** A Associação firmou, em 22 de dezembro de 2008, com o Governo do Estado de São Paulo, Contrato de Gestão pelo período de cinco anos, a partir de 1º de janeiro de 2009 e tendo vencimento previsto para 31 de dezembro de 2013. Durante o período do contrato, a Associação receberá recursos financeiros destinados ao fomento e a operacionalização da gestão e execução, pela Associação, das atividades e serviços na área de museologia na Pinacoteca do Estado de São Paulo. A administração da Associação, tendo em vista o vencimento do Contrato ao final do exercício de 2013 e, face ao cronograma da SEC para divulgação do "Chamamento Público" que definirá a OS que administrará o novo contrato, programou-se para a elaboração do Plano de Trabalho que será apresentado, entendendo que as chances de renovação são concretas. Caso o Contrato de Gestão não seja renovado, a Associação poderá incorrer em despesas significativas relativas à interrupção de sua atividade, as quais serão suportadas pelos recursos financeiros alocados aos fundos especiais e para eventos futuros. As obrigações e responsabilidades da Associação são as seguintes: (i) Executar os serviços descritos e caracterizados no Anexo ao Contrato de Gestão-Programa de Trabalho-Prestação de Serviços, cumprindo as metas a serem atingidas, nos prazos previstos. (ii) Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de permissão de uso, até sua restituição ao Poder Público. (iii) Comunicar a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. (iv) Entregar ao Estado as doações e legados eventualmente recebidos em decorrência desse Contrato de Gestão, bem como os excedentes financeiros gerados ao longo de sua execução (todas as doações e legados assim como os bens adquiridos, que venham a integrar o acervo, deverão fazer parte do patrimônio do Estado). (v) Contratar, se necessário, pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão, responsabilizando-se por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, observando os limites e critérios definidos no Anexo ao Contrato de Gestão-Sistema de Despesa com Pessoal. (vi) Publicar na imprensa diária e no Diário Oficial, no prazo de 90 dias da assinatura do contrato, o regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará nas aquisições de bens e contratações de obras e serviços com recursos provenientes do Poder Público. (vii) A remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados não excederão aos níveis de remuneração praticada na rede privada da cultura, baseando-se em indicadores específicos divulgados por entidades especializadas em pesquisa salarial existentes no mercado. (viii) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para qualificação como organização social. (ix) Manter, em perfeitas condições de uso, os equipamentos e instrumentais necessários para a realização dos serviços contratados. (x) Submeter à aprovação prévia da Secretaria de Estado da Cultura os projetos culturais que impliquem: • o uso de espaços internos dos bens imóveis para empreendimentos diversos tais como eventos culturais, montagem de restaurantes, lanchonetes, quiosques, livrarias e assembléias; • o empréstimo de bens móveis do patrimônio artístico, histórico e cultural a organizações nacionais ou internacionais para fins de exibição; • a restauração de obras do acervo artístico, histórico e cultural. (xi) Submeter trimestralmente relatórios parciais de acompanhamento das metas do Contrato de Gestão a Comissão de Avaliação constituída pela Secretaria de Estado da Cultura. (xii) Contratar seguro multirrisco para os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural em modalidade específica, quando se tratar de projetos culturais que impliquem em empréstimo a organizações nacionais ou internacionais, para exibição em mostras, exposições e outros eventos. Entre as atividades descritas no programa de trabalho-Prestação de Serviços-do Contrato de Gestão, destacam-se: • garantir as condições que permitam o mais amplo acesso público ao museu;

• execução dos trabalhos de higienização das obras do acervo expostas, restauro e conservação das obras com necessidades eventuais de intervenção, manutenção dos sistemas expo gráficos, sistemas de segurança e detecção de incêndio, mobiliário e programação visual e substituição das obras solicitadas por outras exposições ou em processo de restauro; • exposições das mais variadas técnicas de expressão e tendências, nas várias salas da Pinacoteca e da Estação Pinacoteca; • ação educativa: • Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE); • Programa de Inclusão Socio-cultural (PISC); • Capacitação de professores; • Visitas educativas; • Programa de Consciência Funcional. No caso de não cumprimento, parcial ou total, das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, a Associação será punida. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Associação e o respectivo montante descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão e seus aditamentos, a Associação recebe, no prazo e condições acordados, a importância global estimada em R\$ 89.448, que será paga da seguinte forma: R\$ 12.978 em 2009, R\$ 20.240 em 2010, R\$ 15.130 em 2011, R\$ 18.850 em 2012 e R\$ 22.250 em 2013. Os bens patrimoniais cedidos à administração da Associação a título de Permissão de Uso são os imóveis situados na Praça da Luz, 2 e no Largo General Osório, 66, além das obras de arte e biblioteca pertencentes ao acervo do museu. Para o ano de 2012, o contrato prevê que a Associação não poderá gastar mais do que 79,1% do seu orçamento com despesas na remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados, assim como a remuneração da Diretoria não poderá ultrapassar o valor anual de 7,6% do orçamento total da Associação, sendo essas metas atendidas (53,85% e 3,96%, respectivamente). Os relatórios do primeiro ao terceiro trimestre de 2012 foram preparados e encaminhados para a Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) da Secretaria de Estado da Cultura. O do quarto trimestre tem prazo de entrega marcado para 31 de janeiro de 2013. A Associação aguardará a formalização conclusiva da análise do relatório do quarto trimestre. **2 Resumo das principais políticas contábeis**-As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação e apresentação**-As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002-"Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária em 29 de janeiro de 2013. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**-As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**-Compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício. **2.4 Aplicações financeiras vinculadas** Aplicações financeiras de liquidez imediata, estando demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o superávit do exercício. **2.5 Recursos financeiros de projetos**-Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicadas na execução dos projetos. Os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras são apropriados na rubrica de créditos de projetos a incorrer. **2.6 Instrumentos financeiros**-A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado (superávit)**-Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. (b) **Empréstimos e recebíveis**-Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva. (c) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**-Durante os exercícios de 2012 e de 2011, a Associação não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras). **2.7 Contas a receber**-Estão representadas substancialmente por cartões de crédito e projetos a receber (substancialmente do Governo do Estado de São Paulo-Secretaria da Justiça e Cidadania-FID). **2.8 Estoques e demais ativos circulante e não circulante**-Os estoques, representados substancialmente por livros recebidos em doação, inclusive em anos anteriores, foram valorizados pelo seu valor de venda ou custo, deduzidos, quando aplicável, por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização, tendo como contrapartida rubrica específica no superávit do exercício. Os demais ativos estão demonstrados ao valor de custo ou de realização. **2.9 Imobilizado**-Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou doação, deduzido do valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31/12 - Em MR\$		
	2012	2011
Receitas das atividades		
Contrato de gestão		
Recursos de órgão do governo (Nota 21)	18.481	15.680
Ingressos	587	497
Venda da loja, liq. do custo das vendas e trib.(Nota 22)	525	656
Patrocínios não incentivados	294	327
Doações pessoas físicas e jurídicas	271	14
Financeiras, líquidas	223	232
Outras	469	193
	20.850	17.599
Patrocínios de projetos (Nota 15)		
Recursos recebidos	5.635	7.460
Trabalho voluntário	577	545
Próprias: Doações, projetos e outras	295	26
Financeiras	50	66
	345	92
Total das receitas das atividades	27.407	25.696
Despesas das atividades		
Com contrato de gestão (Nota 21)	(19.772)	(17.657)
Com projetos (Nota 15)	(5.635)	(7.460)
Trabalho voluntário	(577)	(545)
Gerais e administrativas	(176)	(18)
Total das despesas das atividades	(26.160)	(25.680)
Superávit do exercício	1.247	16

Demonstração dos fluxos de caixa Exerc. findos em 31/12 - Em MR\$		
	2012	2011
Superávit do exercício	1.247	16
Ajustes: Receitas financeiras do realiz. a longo prazo	(126)	(116)
Depreciação e amortização	457	338
Receita de doações de bens e direitos	(457)	(338)
Provisão para contingências	68	(92)
	1.189	(92)
Variações nos ativos e passivos		
Recursos financeiros de projetos	561	(352)
Contas a receber	25	1.594
Estoques	102	(89)
Outros créditos	(270)	(4)
Despesas antecipadas	(1)	(26)
Fornecedores	(30)	(1.454)
Impostos e contribuições a recolher	13	17
Salários e férias a pagar	130	124
Recursos do contrato de gestão	358	(600)
Créditos de projetos a incorrer	(496)	11
Doações e subvenções a apropriar	65	50
Depósitos judiciais	(19)	(19)
Caixa liq. proven. das (aplic.nas) ativid.operac.	1.627	(940)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras vinculadas	(111)	(1.078)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(65)	(50)
Caixa líquido aplicado nas ativid.de investimentos	(176)	(1.128)
Aumento (redução) liq.de caixa e equival.de caixa	1.451	(2.068)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exerc.	2.277	4.345
Caixa e equivalentes de caixa no final do exerc.	3.728	2.277

acumulada. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos e tendo como base, substancialmente, o prazo do contrato de gestão (até cinco anos), não considerando o valor residual dos bens, uma vez que ao término do contrato de gestão, caso não ocorra sua renovação, os bens adquiridos com recursos do contrato e dos projetos serão revertidos ao Estado, sem direito a indenização. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se ele for maior que seu valor recuperável estimado. **2.10 Intangível**-Está representado por licenças de softwares adquiridas que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do softwares para sua utilização. Esses custos são amortizados tendo como base o prazo do contrato de gestão (até cinco anos). **2.11 Provisão para perdas do valor recuperável (impairment) em ativos não financeiros, exceto estoques**-Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **2.12 Fornecedores**-As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. **2.13 Créditos de projetos a incorrer**-Estão representados pelos valores recebidos a título de patrocínio para execução dos projetos incentivados pelo PRONAC e aprovados pelo Ministério da Cultura, conforme determinação da Lei nº 8.313/91, que criou o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), pelo Programa de Ação Cultural (PROAC) aprovado pela Secretaria de Estado da Cultura, e Recursos recebidos pelo Fundo de Interesses Difusos (FID), da Secretaria de Justiça do Governo do Estado de São Paulo e pelo convênio com o Ministério da Justiça para a realização do projeto "Lugares da Memória" do Memorial da Resistência. Os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação. **2.14 Recursos do contrato de gestão**-Estão representados pelos valores recebidos, ou a receber, para aplicação em gastos emergenciais ou outros previstos no contrato de gestão e que ainda não foram utilizados. **2.15 Provisões**-As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.16 Demais passivos circulantes**-Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos. **2.17 Doações de bens e direitos a apropriar**-Os bens recebidos (imobilizado e intangível) em doação ou aqueles adquiridos com recursos oriundos de projetos incentivados (Lei Rouanet) ou do contrato de gestão são contabilizados observando o disposto na NBC TG 07-Subvenção e Assistência Governamentais. Segundo a referida norma, a receita de doação relacionada a ativo depreciável deve ser reconhecida ao longo do período da vida útil do bem ou direito e na mesma proporção de sua depreciação, sendo reconhecida a crédito da depreciação registrada como despesa no resultado. **2.18 Patrimônio líquido**-Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores e por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. **2.19 Apuração do superávit**-Os recursos provenientes do Contrato de Gestão, quando utilizados, são reconhecidos mensalmente como receita durante o exercício. Os recursos provenientes de patrocínios de lei de incentivos fiscais são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante, representando a parcela que ainda deverá ser aplicada nos projetos, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrente de sua aplicação. As receitas de doações, de patrocínios não incentivados e contribuições associativas, são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento. As doações de bens e direitos estão comentadas na Nota 2.17. A receita de venda da loja, decorrente substancialmente da venda de livros e publicações, e dos ingressos são reconhecidas mensalmente pelo valor faturado, sendo as mesmas realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito. A Associação obedece rigorosamente a legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração e Fiscal foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). As despesas com o contrato de gestão e com projetos, assim como as demais despesas e receitas são contabilizadas observando o regime de competência de exercícios. **2.20 Benefícios a empregados**-A Associação não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e diri-



→ continuação

gentes pós sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações. **3 Estimativas e julgamentos contábeis**—As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos corresponde à constituição da provisão para ajuste ao valor de realização dos estoques, os quais estão representados, substancialmente, por livros e publicações adquiridos ou editados por ocasião da realização de exposições decorrentes dos projetos incentivados, sendo a quantidade remanescente doada para a Associação, que os coloca à venda na sua loja, por preços inferiores aos correspondentes custos de doação ou de edição (a provisão constituída corresponde aproximadamente 95% dos custos de doação ou de edição), assim como para contingências. **4 Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011**—As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, anteriormente elaboradas de acordo com o CPC para Pequenas e Médias Empresas, estão sendo reapresentadas considerando as novas políticas contábeis estabelecidas pela Interpretação Técnica ITG 2002—“Entidades sem Finalidade de Lucros”, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução nº 1.409/12. A Associação adotou 1º de janeiro de 2011 como data de transição; nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações financeiras de acordo com a referida norma. Adicionalmente, foi efetuada a reclassificação do Fundo de Reserva, apresentado no patrimônio líquido, para o passivo não circulante, por representar uma obrigação decorrente de retenção de parcela dos recursos recebidos em 2009 do contrato de gestão. A Associação, como facultado na referida ITG, não adotou o custo atribuído (deemed cost) para os bens do ativo imobilizado. As reconciliações abaixo mostram os efeitos decorrentes das novas políticas contábeis e da reclassificação realizada em 1º de janeiro de 2011 e em 31 de dezembro de 2011, bem como sobre o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. **(a) Reconciliação do patrimônio líquido em 31/12/2011 e em 1º/1/2011**

31 de dezembro de 2011				
	Doações de bens e direitos		Fundo de reserva	Reapres.
	Anteriormente apresent.	a apropriar		
Ativo/Circulante	10.205			10.205
Não circulante	3.918			3.918
	14.123			14.123
Passivo e patrim. líq. Circulante	10.030	884		10.914
Não circulante	290		954	1.244
Patrimônio social	3.803	(884)	(954)	1.965
	14.123			14.123
1º de janeiro de 2011				
	Doações de bens e direitos		Fundo de reserva	Reapres.
	Anteriormente apresent.	a apropriar		
Ativo/Circulante	13.133			13.133
Não circulante	2.908			2.908
	16.041			16.041
Passivo e patrim. líq. Circulante	11.852	981		12.833
Não circulante	389		870	1.259
Patrimônio social	3.800	(981)	(870)	1.949
	16.041			16.041

Doações de bens e direitos a apropriar - está representado pelo valor residual de bens do ativo imobilizado e do ativo intangível que foram adquiridos com recursos de projetos incentivados (Lei Rouanet), com recursos do contrato de gestão ou recebidos em doação, que haviam anteriormente sido contabilizados no resultado como receita. Fundo de Reserva - está representado pela transferência do Fundo de Reserva, apresentado anteriormente no patrimônio líquido, para o passivo não circulante, por representar uma obrigação decorrente de retenção de parcela dos recursos recebidos em 2009 do contrato de gestão. **(b) Reconciliação do resultado em 31 de dezembro de 2011**

2011					
	Doações de bens e direitos		Reclas. sificação	Reapresentado	
	Anteriormente apresent.	a apropriar			
Rec. das ativ. Patroc. de proj.	17.417	31	(84)	316	17.680
Trab.voluntário	7.523	9			7.532
Próprias			545		545
	25.032	297	(84)	545	26.106
Desp.das ativ. Contr.de gestão	(17.422)			(316)	(17.738)
Patroc. de proj.	(7.356)	(176)			(7.532)
Trab.voluntário			(545)		(545)
Próprias	(251)	(24)			(275)
	(25.029)	(200)	(545)	(316)	(26.090)
Superáv.do exerc.	3	97	(84)		16

A reclassificação está apresentada pelas receitas financeiras que anteriormente eram apresentadas como redução das despesas incorridas com o contrato de gestão. Os demais ajustes correspondem a: (a) reconhecimento da receita e despesa decorrentes do trabalho voluntário; (b) realização das doações (bens e direitos) pelo mesmo montante da depreciação contabilizada, no montante de R\$ 314; (c) apropriação da receita financeira, decorrente da aplicação do recurso do Fundo de reserva, ao saldo de retenção do contrato de gestão e (d) eliminação das receitas de doações de bens e direitos apropriadas ao resultado por ocasião de seu efetivo recebimento, no montante de R\$ 217. **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2012	2011
Caixa	21	15
Bancos conta-movimento		
Contrato de gestão		15
Recursos próprios e fundo especial	2	3
	23	33
Aplicações financeiras—contrato de gestão		
Banco do Brasil—Fundo de investimento DILP VIP	3.282	1.877
Banco Santander—Fundo de investimento Classic DI	381	367
Banco Santander—Fundo de investimento FIC	42	
	3.705	2.244
	3.728	2.277

Em 2012, as aplicações em fundos de investimento tiveram remuneração aproximada de 0,6% ao mês. Em atendimento às normas do Governo Estadual, as aplicações financeiras são realizadas substancialmente em bancos estaduais. **6 Recursos financeiros de projetos -**

	2012	2011
Bancos conta-movimento		
Plano anual 2011		559
Plano anual 2012	505	3.290
Plano anual 2013	2.544	
Outros	1	
	3.050	3.849

	2012	2011
Aplicações financeiras—projetos em andamento		
Plano anual de 2011		2.856
Plano anual de 2012	3.070	
PROAC	111	321
NELD	54	139
Fundos Patronos	51	
Lugares da memória	268	
	3.554	3.316
	6.604	7.165

Em 2012, as aplicações em fundos de investimento, realizadas no Banco do Brasil, tiveram remuneração equivalente a 0,6% ao mês. **7 Instrumentos financeiros -**

	2012	2011
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	3.705	2.244
Contas a receber	296	321
Outros créditos	370	96
Aplicação financeira vinculada	3.257	3.026
	7.628	5.687
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	588	618
Recursos do contrato de gestão	1.008	650
Retenções do contrato de gestão	1.231	1.170
	2.827	2.438
	2.012	2.011

8 Contas a receber -

Cartão de crédito—venda da loja	24	42
Projeto—NELD	271	271

Outras	1	8
	296	321
9 Estoques -	2012	2011
Saldos conforme registros auxiliares	2.027	3.437
Provisão para perda e ajuste ao valor de realização	(1.826)	(3.134)
	201	303
	2012	2011

10 Aplicações financeiras vinculadas -

Banco do Brasil S.A.				
Fundo de Renda Fixa—RF LP 500 mil (a)	1.004	954		
Poupança (b)	227	216		
Fundo de Renda Fixa—RF LP VIP Estilo (c)	1.155	1.079		
Banco Santander—Fundo Classic DI (d)	771	777		
Banco Santander—CDB (d)	100			
	3.257	3.026		

	Fundo de reser. (a)	Reser. de contingênc. (b)	Reser. p/ eventos futuro (c)	Fundo especial (d)
Em 31/12/10	870	204		662
Aplic. realiz.			1.000	78
Rendim. auferid.	84	12	79	37
Em 31/12/11	954	216	1.079	777
Aplic. realiz.	962			1.080
Rendim. auferid.	50	11	76	50
Transferência p/ Plano Anual 2012				(67)
Resgates	(962)			(969)
Em 31/12/12	1.004	227	1.155	871

As aplicações decorrentes de Fundo de reserva e Reserva de contingências são realizadas em atendimento aos requerimentos do Contrato de Gestão. A rentabilidade anual média das referidas aplicações foi de 7,5%, com exceção da aplicação feita em poupança. **11 Outros créditos -**

	2012	2011
Adiantamentos a fornecedores	133	2
Antecipação de férias e empréstimos a funcionários	77	92
Valores a receber de projetos	145	
Outras contas a receber	19	10
Obras de arte	759	768
Provisão para doações	(759)	(768)
	374	104
Realizável a longo prazo—empréstimos a funcionários	(4)	(8)
Ativo circulante	370	96

Em 2012, foram adquiridas 16 obras de arte de 16 artistas diferentes, no montante de R\$ 1.143, sendo R\$ 518 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão, R\$ 103 com recursos da Associação, R\$ 442 com recursos do Fundo Patronos e R\$ 80 com recursos do Plano Anual - Lei Rouanet. Parte das obras já teve o processo de doação finalizado e o montante de R\$ 759 refere-se às obras adquiridas pela Associação e que aguardam a publicação em DOE com a aceitação da doação pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC) para a efetivação da baixa. Em 2011, foram adquiridas 29 obras de 10 artistas, no montante total de R\$ 768, sendo R\$ 751 adquiridas com recursos do Contrato de Gestão e R\$ 17 com recursos da Associação, já doadas a Pinacoteca do Estado de São Paulo. **12 Imobilizado -**

2012 **2011**

Custo **Deprec. acumul.** **Liq.** **Liq.**

Contrato de gestão

Móveis e utensílios 464 (321) 143 288

Máquinas e equip. 112 (83) 29 55

Equip.de informática 49 (36) 13 20

Equip. fotográficos 2 (2) 1

627 (442) 185 364

Planos anuais, projet. e adm.

Móveis e utensílios 786 (622) 164 333

Máquinas e equip. 339 (285) 54 6

Instalações 54 (41) 13 27

Equip. de informática 328 (278) 50 111

Acessórios telefônicos	9	(9)		
Equip. fotográficos	18	(13)	5	4
	1.534	(1.248)	286	481
	2.161	(1.690)	471	845

A movimentação do imobilizado pode ser assim demonstrada:

	2012	2011
No início do exercício	845	1.113
Aquisição de bens		
Com recursos do contrato de gestão	9	50
Doações recebidas	54	
Depreciação	(437)	(318)
No final do exercício	471	845

A composição das aquisições e doações recebidas pode ser assim demonstrada:

	2012	2011
Móveis e utensílios	2	5
Máquinas e equipamentos	54	42
Equipamentos de informática	4	3
Equipamentos fotográficos	3	
	63	50

13 Impostos e contribuições a recolher -

	2012	2011
PIS e COFINS a recolher	25	18
IRRF a recolher	90	118
ISSQN a recolher	8	7
INSS a recolher	196	174
FGTS a recolher	64	55
ICMS a recolher	2	
	385	372

14 Salários e férias a pagar -

	2012	2011
Salários a pagar	400	328
Provisão para férias e encargos	855	797
	1.255	1.125

15 Créd

continuação

à razão de 6% do repasse financeiro recebido em 2009 pela Associação, no montante de R\$ 12.500, como requerido no Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, estando os recursos financeiros correspondentes aplicados em conta bancária específica e sob a tutela do Conselho de Administração, podendo ser utilizado em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos em recebimentos de recursos. O montante recebido será apropriado para receita no momento e na mesma proporção dos eventuais pagamentos realizados, estando o saldo apresentado acrescido dos rendimentos auferidos na sua aplicação. **20 Patrimônio líquido**—O patrimônio social é composto, substancialmente, pelos superávits (déficits) apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra Organização Social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo na mesma área de atuação, escolhida pela Assembleia Geral e ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98. **(a) Fundo Especial**—Em 2007, a administração decidiu constituir o Fundo Especial, mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, para fazer face a eventuais prejuízos ou despesas futuros não recorrentes, inesperáveis ou momentâneos, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. **(b) Reserva para eventos futuros**—Constituída mediante apropriação de parcela do superávit acumulado, para fazer face a eventuais pagamentos de caráter emergencial ou inesperável. Os recursos financeiros correspondentes a parcela constituída em 2010 foram aplicados em 2011 em conta bancária específica, devendo sua movimentação financeira ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. **21 Receitas e custos com contrato de gestão**

	2012	2011
Receita consoante Contrato de Gestão e seus aditivos		
Quarto Termo de Aditamento		850
Quinto Termo de Aditamento		15.130
Sexto Termo de Aditamento	18.850	
	18.850	15.980
Receita a apropriar	(358)	(300)
Recursos utilizados na compra de bens	(11)	
	18.481	15.680
Despesas e gastos com contrato de gestão		
Pré-produção e preparação	(337)	(142)
Produção e execução	(673)	(521)
Divulgação e comercialização	(41)	(117)
Com pessoal	(11.033)	(9.634)
Contratos	(4.284)	(4.066)
Material de consumo	(753)	(483)
Utilidade pública	(1.561)	(1.546)
Doações de obras	(518)	(163)
Doações—outras		(3)
Depreciação e amortização	(191)	(81)
Realização de doações de bens e direitos	191	81
Outras despesas	(552)	(951)
Tributárias	(20)	(31)
	(19.772)	(17.657)

	2012	2011
Receita bruta de vendas	997	863

Relatório dos auditores independ. s/as demonstrações financeiras
Aos Diretores e Conselheiros

Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC (a “Associação”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**—A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**—Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

Custo das vendas	(412)	(161)
Impostos incidentes sobre a venda	(60)	(46)
	525	656

23 Aspectos fiscais—Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o presente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais. A Associação enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação. Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS)—contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)—pagamento integral das contribuições devidas. Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeito à COFINS as receitas decorrentes de vendas, locação de espaços, bilheteria e outras. A administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, posição essa confirmada por seus assessores jurídicos, que indicam em resposta a consulta formulada que, em princípio, a Associação estaria sujeita ao recolhimento da COFINS, mas que no seu entendimento a “atividade própria” é toda e qualquer atividade cuja receita viabilize, no todo ou em parte, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da entidade. Em maio de 2008, os advogados da Pinacoteca intentaram Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária solicitando que seja declarada a imunidade da Associação, ou, subsidiariamente, que seja declarada a isenção com relação ao recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas decorrentes de suas atividades (estatutariamente previstas), a saber: (a) a bilheteria; (b) a cessão de espaço para eventos que objetivem a difusão da cultura e da educação; (c) a cessão de espaço para café e afins; e (d) a venda de produtos relacionados com o escopo do museu, ainda pendente de apreciação. Com relação ao imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que as receitas de bilheteria, cursos e palestras, estão imunes do ISSQN, imunidade essa que poderá ser obtida mediante requerimento formulado junto ao órgão da administração municipal. Adicionalmente, os assessores jurídicos indicam que em função da

e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

imunidade tributária conferida pelo artigo 150, inciso VI, alínea “c”, da Constituição Federal, fica afastada, de qualquer maneira, a incidência do ISSQN sobre as atividades desempenhadas pela Associação. Em outubro de 2008, foi apresentado o pedido de reconhecimento da imunidade tributária junto a Prefeitura do Município de São Paulo, ainda pendente de apreciação. Em 2012, a Associação contratou, em conjunto com outras OSs da Cultura, o escritório Barros Carvalho, do Dr. Paulo de Barros Carvalho, Professor Emérito da PUC-SP e USP para emissão de um parecer, entregue em 15 de agosto de 2012, como mais um subsídio e embasamento ao pleiteado pela Associação junto às esferas municipal e federal. Em decorrência dos assuntos comentados acima, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a eventual pagamento futuro desses tributos. As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais. **24 Seguros**—A Associação mantém contratos de seguros de riscos diversos e de responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 5 de junho de 2012 a 5 de junho de 2013. As coberturas de seguros contratadas (locais—Praça da Luz, Rua General Osório e Rua Pedro Arbues) têm os seguintes limites: (a) incêndio, raio, explosão de qualquer natureza e incêndio resultante de tumultos—R\$ 44.000; (b) vendaval e fumaça, com impacto de veículos terrestres e aéreos—R\$ 1.100; (c) tumultos—R\$ 220 (d) danos elétricos—R\$ 55; (e) equipamentos móveis—R\$ 39; (f) equipamentos eletrônicos—R\$ 33; (g) roubo, furto qualificado de bens nas dependências do seguro—R\$ 33; (h) roubo de valores nas dependências do seguro—R\$ 11; (i) roubo ou furto qualificado de valores em trânsito fora do estabelecimento—R\$ 6. Adicionalmente, também mantém seguro de responsabilidade civil e danos morais, com cobertura contratada de R\$ 2.000 e R\$ 400, respectivamente. Não são contratados seguros para os bens e acervo da Pinacoteca cedidos no contrato de gestão. Com relação às obras de arte recebidas ou enviadas para exposições são contratados seguros específicos. Adicionalmente, foi contratado seguro fiança relativo ao aluguel do galpão situado à rua Pedro Arbues, 115, com vigência de 10 de novembro de 2012 a 10 de novembro de 2013, com valor de R\$ 5.600,00 ao mês e danos ao imóvel de 20% da indenização.

Conselho de Administração
Nilo Marcos Mingroni Cecco—Presidente
Julio Landmann—Vice-Pres.

Conselheiros	
Ana Carmen Rivaben Longobardi	Maria Luisa de Souza Aranha
Carlos Wendel de Magalhães	Melaragno
Denise Aguiar Álvarez	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
Isaac Aarão Pereira da Silva – representante dos funcionários	Pedro Paulo Filgueiras Barbosa
José Olympio Pereira	Sérgio Fingermann
	Tais Gasparian

Conselho Fiscal
Oswaldo Roberto Nieto - Presidente

Manoel Andrade Rebello Neto - Silvio Barbosa Bentes - Conselheiros

Contador
Paulo Schiesari Filho - CRC 1SP140.342/O-8

para fundamentar nossa opinião. **Opinião**—Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Pinacoteca Arte e Cultura—APAC em 31/12/2012, o desempenho de suas atividades e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase**—Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, o contrato de gestão firmado com o governo do Estado de São Paulo tem seu vencimento previsto para dezembro de 2013; a administração da Associação, considerando estar atendendo todos os requerimentos previstos no referido contrato, entende que as chances de sua renovação são muito boas. Caso contrário, a Associação terá suas atividades substancialmente reduzidas, mantendo o apoio, colaboração e divulgação da Pinacoteca do Estado de São Paulo, passando a ter como principais receitas as contribuições de seus associados, doações e patrocínios de terceiros. São Paulo, 30 de janeiro de 2013

Paulo Schiesari Filho
Auditor Independente
CRC 2SP000160/O-5
Mauro Sérgio Alves Teixeira
Contador CRC 1SP149262/O-6

“ASSOCIAÇÃO PINACOTECA ARTE E CULTURA – Organização Social de Cultura

C.N.P.J. 96.290.846/0001-82

Entidade Pública Gerenciada: Pinacoteca do Estado de São Paulo (Pinacoteca Luz, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência de São Paulo)

Contratante: Secretaria de Estado da Cultura

Relatório de Execução do Contrato de Gestão Nº 35/2008

Indicadores	Meta	Total	% Real	Memorial da Resistencia SP “			
Programa de Edificações							
1. Manutenção Predial e Conservação Preventiva	4 relatórios	4	100%	38. Sábados Residentes	3 mostra	3	100%
2. Programa de Combate de Pragas	2 relatórios	2	100%	39. Abertura Noturna	“15 (1º-3º e 2º e 3º-4º-1º)”	15	100%
3. Renovação de Contrato de seguro	1 renovação	1	100%	40. Semana de Museus-Proj Cosmopolis	“44 aberturas (1º-5 e 2º,3º e 4º-13)”	44	100%
4. Simulado de Crise	2 simulados	2	100%	41. Evento mês da Consciência Negra	1 evento	1	100%
5. Treinamento/Palestra com equipe de segurança	4 treinamentos	4	100%	42. Participar da Virada Cultural	1 evento	1	100%
6. Visitas em instituições com foco na segurança	4 visitas	4	100%	43. Curso Educação em Direitos Humanos	1 curso	1	100%
7. Palestra com representantes da Polícia Militar e Grupamento de Bombeiros”	1 palestra	1	100%	44. Executar projeto Residência Artística	1 projeto	1	100%
8. Contratação de serviços de arquitetos-Programa de Necessidades Técnicas e Expográficas Pina Botucatu	1 entrega do programa	1	100%	45. Executar projeto Coleta Testemunhos	6	7	117%
9. Contratação de empresa especializada ref. Alvara	Laudos	1	100%	Programa de Serviços Educativos e Projetos Especiais			
10. Melhorias no ar condicionado	entrega do serviço	1	100%	46. Atender visitantes em visitas educativas	27.000 (1º-4.000/2º-6.500/3º-8.500/4º-8.000)	38.713	143%
11. Estudo da possibilidade de se construir passarelas na Estação Pina	entrega do estudo	1	100%	47. Ampliar o atendimento de visitantes em visitas educativas no Memorial da Resistencia	15.000 (1º-2.000/2º-5.000/3º-4.500/4º-3.500)	24.140	161%
12. Aquisição de arquivos deslizando	aquisição	0	0%	48. Encontros para educadores	“2 encontros (2º-1/4º-1)”	7	350%
Programa de Acervos				49. Encontros para educadores	60 educadores (2º-30/4º-30)	118	197%
13. Envio de Inventário do acervo museológico e bibliográfico atualizado	4 inventários	4	100%	50. Visitantes PISC	1040 (1º-50/2º-260/3º-300/4º-430)	2.671	257%
14. Atualizar e corrigir informações das obras do acervo no DONATO e SISEM/SEC	100 obras trimestre	924	231%	51. Visitantes PEPE	400 (1º-50/2º- 150/3º-100/4º-100)	1.242	311%
15. Fotografar obras do acervo	125 obras trimestre	570	114%	52. Implantação ação educativa Estação Pina	10.000 (1º-500/2º- 4.500/3º e 4º-2.500)	8.700	87%
“16. Realizar diagnostico geral do estado de conservação do acervo museológico “	4 relatórios	4	100%	53. Desenvolver projeto educativo MAC Botucatu	4 relatórios trimestrais	4	100%
17. Executar ações de restauro	“60 obras-1º sem. 50 obras-2º sem.”	156	142%	54. Pesquisa de avaliação neld	pesquisa	1	100%
18. Higienização das obras expostas	4 relatórios	4	100%	55. Incremento programa consciencia funcional	relatório	1	100%
19. Higienização das obras em RT	4 relatórios	3	75%	Programa Apoio SISEM			
20. Vistoriar as obras em RT terceirizada	4 relatórios	4	100%	56. Oferecer programa de visita técnica	2 relatórios	2	100%
21. Incorporar publicações a biblioteca	150 publicações trim.	702	117%	57. Colaborar no encontro de museus de arte	1 proposta	1	100%
“22. Elaborar relatório de condições gerais de conservação do acervo do CEDOC”	1 relatório	1	100%	58. Exposições em cidades do Estado	3 mostras	3	100%
23. Incorporar novo fundo ou coleção CEDOC	1 relatório	1	100%	Programa de Comunicação			
24. Submeter projetos de pesquisa a editais	1 projeto	2	200%	59. Manter site atualizado Pinacoteca	4 relatórios	4	100%
25. Alimentar o banco de dados do CEDOC	120 dados trimestre	2.760	575%	60. Fornecer clipping de comunicação	4 relatórios	4	100%
26. Restaurar as obras presentes no Parque da Luz	1 relatório	1	100%	“61. Elaborar e implantar plano de comunicação institucional”	“Apresentar plano 1º trim. Relatórios no 2º, 3º e 4º”	4	100%
Programa de Exposições e Programação Cultural				62. Pesquisa de satisfação de público	“entrega do projeto de pesquisa no 1º trim. Realização da pesquisa no 3º trim.”	2	100%
27. Realizar exposições temporárias sobre o acervo	4 inaugurações	6	150%	63. Manter o site do Memorial atualizado	4 relatórios	4	100%
28. Participar da Primavera de Museus	1 evento	1	100%	64. Encaminhar material de divulgação impressa	3 por trimestre	12	100%
29. Abertura ao público Pinacoteca Luz	“309 dias (1º-76/2º-78 3º-79/4º-76)”	308	100%	65. Acesso ao site Pinacoteca e Memorial	4 relatórios	4	100%
30. Abertura ao publico Estação Pinacoteca	“309 dias (1º-76/2º-78 3º-79/4º-76)”	308	100%	66. Publicar site Pina em ingles e espanhol	publicação	1	100%
31. Abertura da Biblioteca para público	“257 dias (1º-64/2º-64/3º-65/4º-64)”	258	100%	67. Realizar vídeo Institucional Pina	vídeo	1	100%
32. Atender visitantes Pinacoteca Luz	“365.000 (1º-67.000/2º e 3º-105.000/4º-88.000)”	387.785	106%	Programa de Gestão Operacional			
33. Atender visitantes Estação Pinacoteca	“32.000 (1º-6.000/2º e 3º-10.000/4º-6.000)”	45.177	141%	68. Dar continuidade ao planejamento estrategico	2 relatórios	2	100%
34. Atender visitantes Memorial da Resistência	“50.000 (1º-8.000/2º-17.000/3º-17.000/4º-8.000)”	67.370	135%	69. Dar continuidade ao PDO	4 relatórios	4	100%
Total de Visitação	447.000	500.332	112%	70. Envio de Inventário bens moveis e utensilios	4 inventários	4	100%
35. Atender consulentes da Biblioteca	300 consulentes	1.852	154%	71. Recursos Operacionais do Museu	R\$ 1.885.000,00	2.083.470	111%
36. Atender pesquisadores CEDOC	55 pesquisadores	228	104%	72. Captação de Recursos	R\$ 1.885.000,00	6.349.518	337%
37. Realizar exposições temporárias				73. Índice de Liquidez Seca	igual ou maior que 1	1,67	100%
				74. Receitas Totais/Despesas Totais	igual ou maior que 1	1,01	100%
				75. Despesas funcionários área meio/fim	menor que 0,5	0,26	100%
				76. Implantação de link auditórios	implantação	1	100%
				77. Implantação sistema de gestão RH e Serviço	implantação	1	100%

Acesso gratuito ao *Diário Oficial* desde sua primeira edição.

www.imprensaoficial.com.br



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 31/01/2013 08:24:10.
Nº de Série do Certificado: EDFCAB2D5627DCAF0B7BEBFBE93A4968D400A6DC
[Ticket: 16991974] - www.imprensaoficial.com.br

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO